



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O RACISMO RECREATIVO NA ESCOLA

Rayanne Carneiro de Souza¹
Autora Principal
Maria Madalena da Silva
Orientadora²

INTRODUÇÃO

A formação da sociedade brasileira é marcada por acidentes históricos, em um âmbito mais específico podemos citar, a colonização europeia e a escravização dos povos originários. O que se pode dizer sobre é que os povos originários donos do território foram oprimidos, escravizados por estrangeiros que se acharam no direito de tomar para si o território. Esses mesmos povos estrangeiros que se consideravam em um patamar superior pela sua cultura e pela cor de sua pele, trouxeram para o Brasil povos de uma outra região. Por volta do ano de 1550 se deu início o tráfico negreiro, um negócio lucrativo no qual a coroa portuguesa fez fortunas ao longo de três séculos. O que fica visível de forma mais expressiva dessa herança histórica é a desigualdade racial, que permeia desde quando o Brasil ainda era Terra de Vera cruz.

Esse processo de desumanização perdurou por 388 anos e teve seu fim em 13 de maio de 1888, data em que foi sancionada a abolição da escravatura no Brasil. Uma abolição apenas do trabalho forçado e coercitivo, mas que não garantiu nenhum direito aos ex-escravizados e seus descendentes, como trabalho, moradia, educação, saúde, para que fossem inseridos na sociedade. Em acordo com Schwarcz e Santos (2018, p.15), compreendemos que, “a lei por si só, e conservadora como foi não prevendo nenhum projeto de inclusão social, não tinha o poder de redimir desigualdades assentadas, apagar hierarquias naturalizadas.”

As marcas desse processo são refletidas até os dias de hoje em todos os ambientes incluindo o ambiente escolar. Desse modo, torna-se necessário um olhar crítico a discussão de ações antirracistas e críticas ao eurocentrismo na educação escolar, pois como afirma FREIRE (2005), a educação muda as pessoas e essas pessoas transformadas transformam a sociedade.

Esse trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência vivenciada pela autora enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – campus Horizonte/CE. rayanne.carneiro.souza04@aluno.ifce.edu.br

² Profa. do Curso de Licenciatura em Física. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – SP; mariamadalena@ifce.edu.br.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

curso de Licenciatura em Física do IFCE – Campus Horizonte. Ressalta-se que enquanto licencianda do referido curso participei como bolsista do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI), por meio do qual tive acesso a estudos e discussões com especialistas que me fizeram refletir sobre as questões étnico-racial e nesse sentido os saberes adquiridos estão imbricados em minha prática enquanto licencianda e futura docente.

Minha vivência como bolsista do PIBD ocorreu em uma escola de Ensino Médio, localizada na cidade de Pacajus/Ce, cerca de 51 quilômetros distante da capital do Estado. Nesse período pude perceber que a instituição possuía um zelo com as questões étnicos raciais, promovendo eventos e discussões direcionados unicamente para a temática. Nesse sentido este relato tem por finalidade descrever e fazer uma reflexão sobre um evento promovido pela escola, na perspectiva de fortalecer a igualdade racial e combater o racismo e as suas diferentes manifestações dentro da sala de aula, em específico o chamado racismo recreativo. Ao estar na escola e tomar conhecimento da realização do evento, uma pergunta me surgiu: que situações racistas estão presentes na vida e mais especificamente no convívio escolar de discentes e docentes da escola de ensino médio, a qual momentaneamente como estudante bolsista estava inserida?

Partindo desse questionamento compareci a escola no dia do referido evento para acompanhar a programação, munida de um diário de campo e pude ouvir de discentes e docentes situações vivenciadas de racismo recreativo, que se constitui como uma forma disfarçada de humor e que ridiculariza a ancestralidade do outro e a sua própria, comprovando assim que os desdobramentos de uma sociedade marcada pelo processo de escravização, objetificada apenas pela cor da pele é tendenciosa ao racismo em virtude da sua construção.

1. RACISMO RECREATIVO: BREVE CONCEITUAÇÃO

O Brasil mesmo tendo a maior população negra fora do continente africano (Gelédes, 2021), talvez pelo fato de ter sido o país a escravizar o maior número de africanos e a última nação das Américas a abolir a escravidão se posicionou por um longo tempo de forma passiva e permissiva frente as discriminações raciais.

A partir da contribuição de alguns estudiosos podemos compreender a origem do racismo e seus conceitos. Para Moreira (2018) o racismo pode assumir diversas formas em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos e suas várias manifestações têm o mesmo objetivo: preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Partindo dessa compreensão, em sua obra “O que é Racismo Recreativo”, Moreira (2018), classifica algumas condutas que inúmeras vezes, passam despercebidas e não são condenadas pela sociedade, por estarem presentes e ocultadas no formato de piada ou brincadeira que têm o fiel objetivo de hostilizar pessoas negras, mas mantendo uma imagem positiva perante a sociedade. Nas palavras do autor;

O que estamos chamando de racismo recreativo deve ser interpretado como um projeto de dominação racial que opera de acordo com premissas específicas da cultura pública brasileira. Embora ele esteja baseado na noção de inferioridade moral de minorias raciais, ele está associado a um aspecto da doutrina racial brasileira que procura mitigar a relevância prática social: a ideia de cordialidade essencial do nosso povo (MOREIRA, 2018, p. 100).

Partindo da reflexão descrita, podemos então ressaltar que não se trata de simples ações corriqueiras, que em nada afetam a sociedade. Os insultos racistas, as piadas, que expressam condescendência, desprezo e ódio por pessoas negras, esse humor hostil permite que pessoas brancas e instituições controladas por pessoas brancas possam manter uma imagem social positiva, porque elas argumentam no humor, e que toda forma de humor é sempre benigna. E essa política cultural muito especificamente brasileira ganha notoriedade marcante no ambiente escolar por isso é objeto temático desse estudo.

1.2. A construção de uma escola antirracista no Ceará

A frase da filósofa norte americana Ângela Davis (1981) “em uma sociedade racista, não basta não ser racista, precisamos ser antirracista”, nos remete a ideia de que a sociedade necessita de mudanças e essas mudanças se tornam muito mais significativas quando vem em forma de lei. Leis que são necessárias não só para as interações sociais, mas também em instituições de ensino, é uma maneira de fomentar a mudança pois é sabido que a escola além da função social que exerce, constitui-se, na vida da criança e do adolescente, um espaço privilegiado de vivência das relações interpessoais, de sonhos, descobertas e transformação.

Por isso a publicação da Lei 10.639³, promulgada em 09 de janeiro de 2003 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, demanda antiga do movimento negro é considerado um avanço e tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas. Além de constituir um espaço de reconhecimento devido, busca também reparar danos que se repetem ao longo de cinco séculos.

³ - Posteriormente alterada pela Lei 11.645, de 10 março de 2008 e inclui a temática indígena.



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Com a perspectiva de atender ao disposto na lei acima citada, o Conselho de Educação do Estado do Ceará (CEC), no uso de suas atribuições legais, aprovou a Resolução CEC nº 416, de 13 de dezembro de 2006, que apresenta no corpo do documento algumas orientações que visam garantir a sua efetivação. A Secretaria da educação (SEDUC), por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão e da Cédula de Educação do Campo, Indígena, Quilombola e para as Relações Étnico-Raciais, vem articulando mecanismos específicos para aplicação da Lei nº 10.639/2003.

Em agosto de 2023, a Secretaria de Educação (SEDUC) lançou por meio de edital⁴, o “Selo Escola Antirracista” que tem o objetivo ampliar o debate em torno da equidade racial na rede pública estadual, que visa reconhecer unidades de ensino que se destacam com projetos pedagógicos inovadores que busquem a superação do racismo e o fortalecimento do pensamento crítico, privilegiando assim ações pedagógicas afirmativas e antirracistas, pautadas nos princípios da diversidade e da igualdade humana.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O evento promovido pela escola ocorreu em um sábado letivo e contou com a presença de 18 professores, 4 coordenadores pedagógico, mais de 100 alunos e algumas pessoas da comunidade externa. Dessa forma o evento contou com a participação de mais de 150 pessoas e pode ser analisado como uma ação pedagógica, permeada de reflexão, emoção, momentos de silêncio, escuta e acolhimento dos discentes e docentes que se propuseram a dividir suas dores, anseios e contribuições para a construção de uma sociedade antirracista.

O momento iniciou com uma peça teatral realizada pelos próprios alunos coordenada pelo professor de teatro da instituição. A encenação teve como trilha sonora a música infantil “boi da cara preta”, que é repetida em muitos lares brasileiros pelas mães ao embalar seus filhos pequenos para que adormeçam. De forma inconsciente a canção de ninar é repassada de geração para geração sem se perceber que a expressão “boi da cara preta”, dá ideia de que para assustar tem que ser preto, associando assim a cor preta a algo ruim, relacionando com a imagem do boi, um animal, o que termina também por nutrir uma imagem de animalização do povo negro. Ou seja, a relação de semelhança entre a cor preta - o povo preto - o animal boi e a careta com a intenção de assustar e ameaçar a criança para que ela durma.

⁴ https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2023/08/edital_selo_escola_antirracista.pdf



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Essa é uma das cantigas infantis mais antigas da cultura brasileira e têm o teor racista recreativo pois inferioriza a negritude só que na forma lírica, e passa despercebido e é cantada todos os dias em algum lar brasileiro inclusive por uma mãe que não se reconhece quanto a sua própria identidade racial, pois ela não aprendeu isso em seu ensino regular e nem na sociedade pois sua história foi sequestrada para longe dela.

Após a peça teatral foi apresentado um vídeo com falas carregadas de emoção, mas também de indignação nas quais discentes e docentes relatam ações e omissões ocorridas dentro da escola atual e em escolas que estudaram anteriormente quando ouviam: “cabelo de bombрил”, “tição”, “cabelo de bucha”, “macaco”, muitas delas proferidas em forma de brincadeira. São termos e expressões citadas nas falas impactantes e fortes coroadas ao final do vídeo por uma aluna cantando a canção, “A voz da Resistência” na qual a autora ressalta a beleza e aceitação do ser negro:

[...] Endeusava um branco/Por não ser um padrão real/Mas compreendeu que o mundo é seu
E tentar nunca faz mal.
E seu nariz é lindo, preto/Sua boca é linda/E seu cabelo é lindo, preto/Sua cor é linda
E o seu nariz é lindo, preto/Sua boca é linda/E seu cabelo é lindo, preto/A sua cor é linda/E eu sou/A voz da resistência preta

O evento prosseguiu com uma roda de conversa com docentes da rede estadual de ensino relatando suas lutas e vivências contra o racismo. O que se percebia naquele momento era um ambiente tenso, permeado por uma profunda reflexão sobre como a escola e a sala de aula tornam-se, na maioria das vezes, um espaço de sofrimento e solidão para pessoas negras que enfrentam cotidianamente a discriminação racial, praticadas inclusive por quem deveria protegê-las.

Em suma, podemos dizer que adjetivos pejorativos também caracterizam uma forma de racismo, não é engraçado e não é humor, é crime e precisa ser combatido todos os dias, é necessário combater a omissão por parte da escola, quem é agredido mesmo que de forma verbal leva as marcas na sua pele por um longo período de sua vida quiçá por toda vida. E o agressor continua a replicar seus atos, por muitos anos e pode até repassar de forma errônea para seus filhos e filhas, por isso é preciso reconhecer que o preconceito existe para poder preveni-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, uma das formas habituais de se camuflar o racismo é o “humor”. O costume, enraizado na sociedade, contribui para que comportamentos inaceitáveis sejam mantidos e



SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

diferenças sejam perpetuadas. Tais brincadeiras têm o objetivo de sinalizar que negros são inferiores e devem ocupar um lugar subalterno na sociedade.

Para uma situação drástica é preciso uma medida drástica por isso a escola não pode ser omissa nos casos de injúrias raciais ocorridas dentro de seus muros, o combate ao racismo não deve ser uma medida pontual e sim diária. A escola tem o importante papel de educar e preparar o indivíduo para o convívio em sociedade por esse motivo têm que participar ativamente de ações que desestimulem o preconceito, com acolhimento e escuta das vítimas.

O racismo está presente no currículo escolar eurocêntrico, os livros didáticos embranquecidos são manifestações do racismo estrutural que precisa ser combatido diariamente.

Após entendermos que docentes e discentes passam por situações vexatórias estimuladas pelo racismo recreativo no convívio escolar, são ações como a relatada nesse trabalho, que possibilitará a construção de uma identidade étnico-racial nas escolas e a desconstrução de situações que corroboram com a inferiorização das pessoas negras. Pois a dignidade da pessoa humana é o princípio mais que consagrado pela Constituição Federal que rege este país, e que busca igualdade entre as pessoas por isso não se deve aceitar mesmo em formas livres de manifestação do racismo a manutenção de grandes males que tanto causaram e anda assolam os negros e negras desde a chegada de seus ancestrais em terras brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

ALONSO, ÂNGELA. Processos políticos da abolição. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.361.

BRETAS, A. C. DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo: Feminismos Plurais**. 1. Ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.

GOVERNO DO CEARA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 416/2006, de 13 de dezembro de 2006**. Regulamenta o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas e á outras providências. Fortaleza: Diário Oficial do Estado, 2006. Disponível em: <https://ww.cee.ce.gov.br> >resolução. Acesso em: 9 out. 2023